

MAGALHÃES BARATA (PA): DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL ÀS DINÂMICAS E CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CUIANARANA

Carlos Jorge Nogueira Castro¹

João de Souza Barros Filho²

Nonato Sousa Gonçalves³

Resumo

A região da Zona Costeira Paraense apresenta em seu processo de ocupação dinâmicas relacionadas as constantes fragmentações territoriais e exploração de recursos naturais. Este ensaio visa debater o processo de formação territorial de Magalhães Barata e as principais dinâmicas da pesca artesanal e seus conflitos advindos das territorialidades impostas na Resex Marinha de Cuinarana, situada no referido município. Partindo do pressuposto que as territorialidades historicamente estabelecidas sobre os recursos pesqueiros passam a ser impactadas com a inserção de novos agentes mediante a criação da resex. As conclusões preliminares indicam a importância da pesca artesanal, como atividade de subsistências, o que demanda a criação de políticas de conservação e manejo sustentável dos recursos marinhos, e também a realização de acordos de pescas entre os agentes envolvidos.

Palavras-Chave: Amazônia. Magalhães Barata. Territorialidade. Pesca Artesanal. Resex.

MAGALHÃES BARATA (PA): FROM TERRITORIAL FRAGMENTATION TO THE DYNAMICS AND CONFLICTS OF CRAFTS FISHING IN THE RESERVE EXTRATIVISTA MARINHA CUIANARANA

Abstract

The region of the Coastal Zone of Pará presents in its occupation process dynamics related to constant territorial fragmentation and exploitation of natural resources. This essay aims to discuss the process of territorial formation of Magalhães Barata and the main dynamics of artisanal fishing and its conflicts arising from the territorialities imposed in the Resex Marinha de Cuinarana, located in that municipality. Based on the assumption that the territorialities historically established on fisheries resources are impacted by the insertion of new agents through the creation of the resex. The preliminary conclusions indicate the importance of artisanal fishing, as a subsistence activity, which demands the creation of policies for the conservation and sustainable management of marine resources, as well as the realization of fisheries agreements between the agents involved.

Keywords: Amazon. Magalhães Barata. Territoriality. Handcrafted Fishing. Resex.

¹ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: carlosjorge319@gmail.com.

² Graduação em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

³ Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Pará.

MAGALHÃES BARATA (PA): DE LA FRAGMENTACIÓN TERRITORIAL A LAS DINÁMICAS Y CONFLICTOS DE LA PESCA ARTESANAL EN LA RESERVA EXTRATIVISTA MARINA CUINARANA

Resumen

La región de la zona costera del Pará presenta en su proceso de ocupación una dinámica ligada a la fragmentación territorial constante y a la explotación de recursos naturales. Este ensayo busca discutir el proceso de formación territorial de Magalhães Barata y de las principales dinámicas de la pesca artesanal y de sus conflictos resultantes de territorialidades impuestas en la Resex Marinha de Cuinarana, situada en esta municipalidad. Sobre la base de la hipótesis de que las territorialidades históricamente establecidas sobre los recursos halieúticos son impactadas por la inserción de nuevos agentes a través de la creación de la Resex. Las conclusiones preliminares indican la importancia de la pesca artesanal, en tanto actividad de subsistencia, que exige la creación de políticas de conservación y de gestión sostenible de los recursos marinos, así como la realización de acuerdos de pesca entre los agentes implicados.

Palabras-clave: Amazonas. Magalhães Barata. Territorialidad. Pesca Artesanal. Resex.

INTRODUÇÃO

A Zona Costeira da região do nordeste paraense, que compreende uma faixa territorial, a qual estão alocados uma série de municípios do estado do Pará dentre eles Magalhães Barata, passou por transformações de reorganização espacial que culminaram em um intenso processo de fragmentação territorial (CASTRO, SOMBRA, et al., 2019). Tal processo está intimamente ligado outrora com a consolidação de dinâmicas territoriais, que se manifestam de várias formas conforme seus agentes, entretanto é possível evidenciar distinções no ordenamento territorial desta região, que estão atreladas às condições ambientais endógenas e típicas da zona costeira (ROCHA, SOARES, MORAES, 2019). A exemplo cita-se a formação dos municípios e a relação de dependência de parte de sua população para com a exploração de recursos naturais.

Seguindo o padrão de ocupação da Amazônia denominado por Gonçalves (2012) de Rio-Várzea-Floresta, estabeleceu-se a vila de Cuinarana que no ano 1962 passou a ser reconhecida como sede municipal de Magalhães Barata. Seu território hoje abriga a Reserva Extrativista Marinha Cuinarana, que foi instituída por meio do Decreto Federal de 10 de outubro de 2014 (BRASIL, 2014), com a finalidade de assegurar os direitos dos pescadores locais, que desenvolvem somente a pesca artesanal, e ao mesmo tempo garantir a reprodução da biodiversidade local e da região.

Mediante ao contexto supracitado, é importante reconhecer que ao longo dos tempos a pesca tem se constituído em uma das atividades fundamentais para a subsistência das populações que residem na Amazônia (LOUREIRO, 1985), dada sua importância a forma de captura do pescado desenvolveu-se ao longo dos anos por meio de técnicas tais como: pesca por anzol, rede, curral, etc., que por sua vez tornaram-se comuns no cotidiano daqueles que se debruçam sobre a pesca na Amazônia, em especial na zona costeira do nordeste paraense, onde a referida atividade se mantém desde o período colonial (NEVES; BRINGEL, 2016).

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é analisar o processo de formação territorial do município de Magalhães Barata a partir do processo fragmentação territorial e compreender como estão estabelecidas as dinâmicas e conflitos das territorialidades impostas pela pesca artesanal, tendo em vista que está apresenta-se como uma importante atividade de subsistência para os moradores locais, desenvolvendo-se nas áreas abrangidas pela Reserva Extrativista Marinha de Cuinarana. E para apreender tais objetivos foram utilizadas: Referenciais bibliográfica principalmente de autores como; CASTRO, SOMBRA, et al., (2019); ROCHA, SOARES, MORAES (2019) que enriquecem o debate acerca da zona costeira, ademais SILVA (2007; 2016); RUFFINO (2005); SILVA, FERREIRA (2018); sustenta a base teórica da pesca mediante suas territorialidades e conflitos na Amazônia.

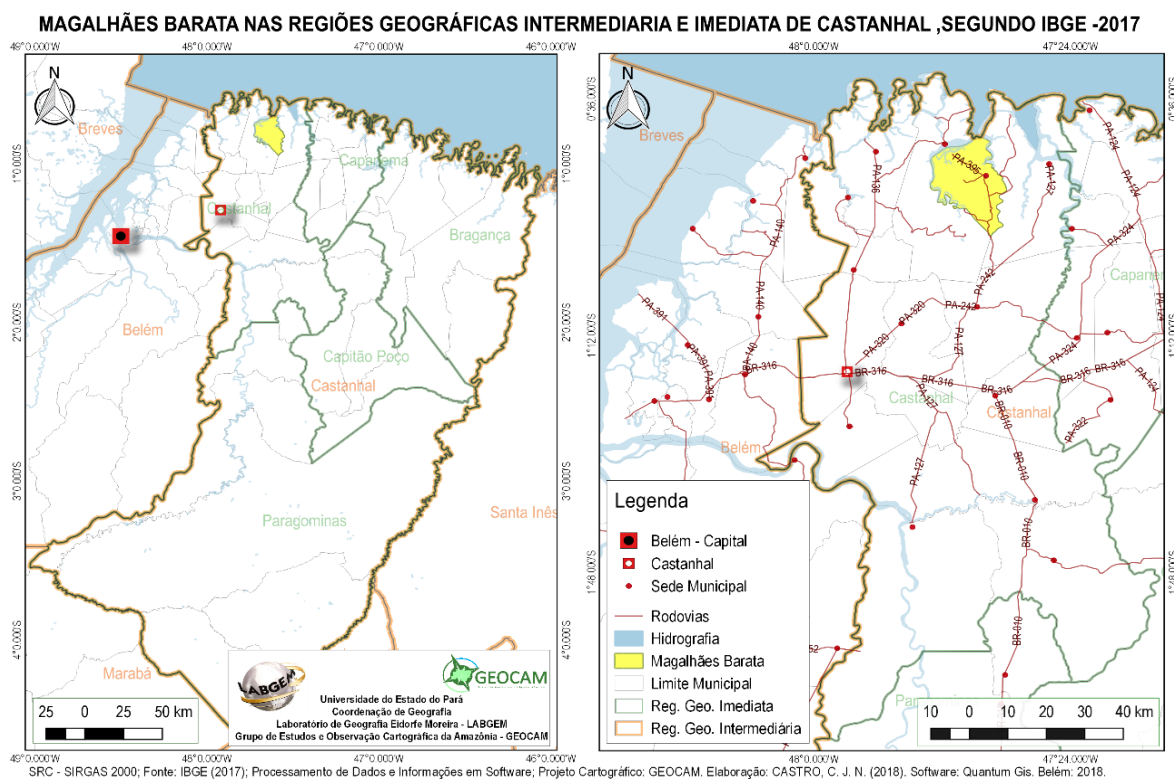
A presente pesquisa parte de sucessivas pesquisas de campo, empreendidas pelo Grupo de Observação Cartográfica da Amazônia (Geocam), ao município de Magalhães Barata onde foram identificados os principais conflitos entre os agentes locais, na busca de assegurar as suas territorialidades pesqueiras.

Destaca-se também que foram realizadas consultas em banco de dados e base cartográfica de instituições públicas como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essenciais para a elaboração de representações cartográficas, construídas via software de geoprocessamento Quantum-Gis (QGIS), que situam Magalhães Barata no contexto regional do Estado do Pará e demonstram os limites oficiais da Reserva Extrativista Marinha de Cuinarana, sobre o território do referido município.

DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA

O município de Magalhães Barata está inserido nas proximidades da costa atlântica do estado do Pará; recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualizou a regionalização brasileira, nesta o referido município compõem a Região Geográfica Intermediária e Imediata de Castanhal (1502 e 150004, respectivamente), na representação cartográfica da figura a seguir é possível verificar a disposição do município a partir da Capital do estado, Belém.

Figura 1: Magalhães Barata na Região Geográfica Intermediária de Castanhal.



Como dito anteriormente o município de Magalhães Barata encontra-se na porção atlântica do estado do Pará. Partindo de Belém tem-se como acesso à Rodovia Federal Pará-Maranhão (BR-316) até a cidade de Castanhal, considerado polo das duas regionalizações propostas pelo IBGE, e a partir de então há duas possibilidades de acesso até o município de Igarapé-Açu (este município agrega dinamismos regional nos municípios de entorno) a primeira possibilidade consiste em seguir na BR-316 por aproximadamente 23 Km até o acesso à esquerda

para a Rodovia Estadual PA-127 e percorrer mais 25 Km até Igarapé-Açu; a segunda possibilidade consiste em a partir de Castanhal acessar a Rodovia Estadual PA-320 percorrendo 42 Km que ao chegar no limite de Igarapé-Açu.

A partir da cidade de Igarapé-Açu o acesso se dá via PA- 242 com a conversão a esquerda seguindo 10 Km até o trevo que bifurca as entradas dos municípios de Maracanã e Magalhães Barata, a partir de então o acesso à esquerda se faz na Rodovia Estadual PA-395 percorrendo 30 Km até sua sede municipal. Como se observa na descrição acima, chegar à cidade de Magalhães Barata requer um conhecimento prévio das possibilidades de acesso a mesma, pois atualmente o acesso a partir de Belém (Capital) até a cidade são aproximadamente 156 km de distância e dura aproximadamente 3 horas de tempo de viagem.

No passado, em meados de 1961, quando há a emancipação do município de Magalhães Barata⁴, o acesso dava-se por via fluvial a partir de embarcações que navegavam no rio Cuianarana⁵, e atravessavam o rio Marapanim acessando a cidade de Marapanim e em seguida continuava o trajeto por Rodovia Estadual até a cidade de Castanhal, ou o acesso por ramais até a Estrada Velha de Maracanã que levava a Igarapé-Açu e posteriormente a Castanhal.

Sobre as formas de acesso mencionadas, sua compreensão e fundamental não só para a deprender a acerca das dinâmicas de transporte e circulação de Magalhães Barata em específico. De acordo Rocha, Soares, Moraes (2019) os vetores de circulação implementados na zona costeira, servem como delimitador de períodos históricos e geográficos podendo ser compreendidos como elemento estruturado do processo de povoamento da zona costeira e permitem a compreensão do atual ordenamento territorial da região. Nesse sentido a fase fluviomarinha que compreende o período no qual houve a predominância da navegação como principal meio de transporte e circulação, condicionava aos moradores de Magalhães Barata poucos privilégios, ficando estes praticamente isolados dadas as severas circunstâncias dos meios de transporte.

A construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no início do século XX, que visava interligar as hinterlândias à capital do estado, Belém, proporcionou para parte da zona costeira uma nova fase de ocupação territorial, que ocasionou a decadência da navegação como principal meio de transporte. A importância da linha férrea é amplamente discutida por Egler (1961), e

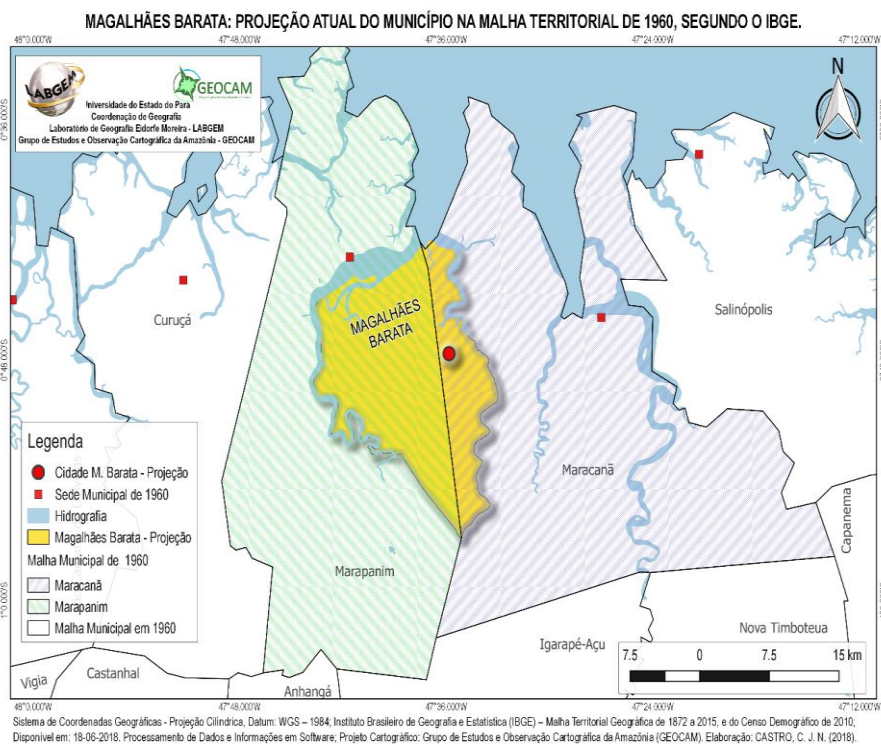
⁴ Em 1961, a então vila de Cuianarana foi elevada à categoria de município passando a ser denominada de Magalhães Barata, nome dado em homenagem ao líder político paraense, do período republicano, o intendente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

⁵ O rio Cuianarana, é tido como mais importante rio do município de Magalhães Barata, foi denominado desta forma por volta de 1823, quando os primeiros moradores de origem lusitanas se estabeleceram as suas margens e notaram a exuberância da Cuianarana, espécie vegetal que ocupava as margens com certa predominância sobre as demais.

para Castro (2017) denota para a região do nordeste paraense, que compreende a zona costeira, um padrão de ocupação territorial intitulado pelo autor de “Estrada – Terra Firme – Solo”, que pode ser compreendido como um padrão intermediário aos propostos por Gonçalves (2012), e responsável pela consolidação de cidade do ponto de vista espaçotemporal amazônico.

No que trata dos acessos ao município de Magalhães Barata, somente na história recente da região o município foi servido com rodovias com pavimentação asfáltica o que possibilita o fácil acesso. Considerando a pesquisa documental realizada e o levantamento cartográfico em base vetorial disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi possível compreender o processo de fragmentação territorial que possibilitou a formação de Magalhães Barata, onde o município surgiu em 1961 absorvendo parte do território de Marapanim e parte de Maracanã.

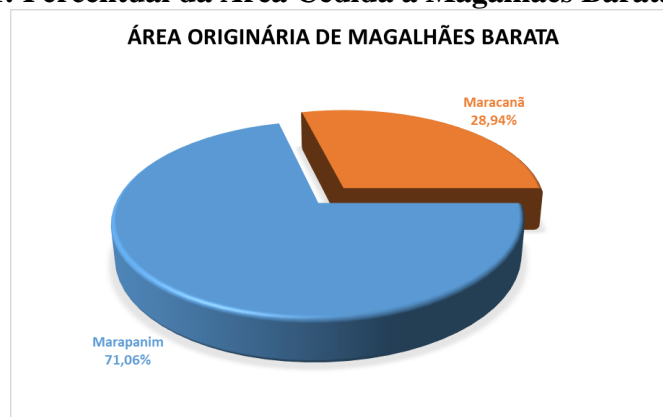
Figura 2: Projeção de Magalhães Barata entre os municípios de Marapanim e Maracanã em 1960.



Com o suporte do levantamento cartográfico, este desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Observação Cartográfica da Amazônia (Geocam), foi possível projetar e compreender os processos que levaram a elevada fragmentação territorial, onde os municípios de Marapanim perdeu 231,1 Km² de sua área territorial e Maracanã perdeu 94,0 Km² de sua área que foram

incorporadas para a formação de Magalhães Barata com os atuais 325,0 Km², a porcentagem desta divisão encontra-se no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Percentual da Área Cedida a Magalhães Barata, em 1970.



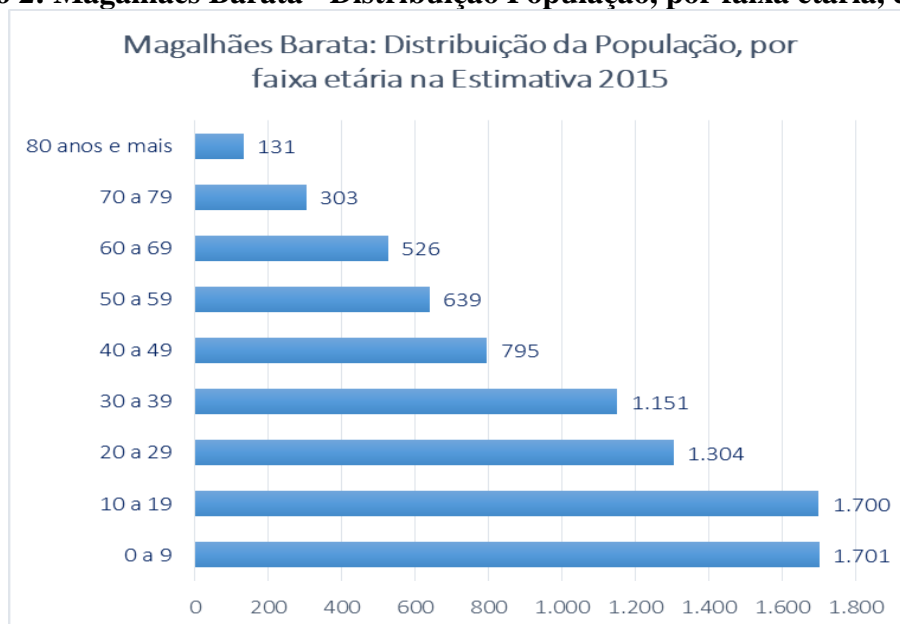
Fonte: Geocam, 2018.

Após 1960, as fragmentações inicialmente promovidas pela Estrada de Ferro de Bragança (EFB), analisada por Égler (1961), passaram por um processo de intensificação. Castro, Sombra, et al., (2019) analisaram as consequências de tais fragmentações a partir do município de Maracanã, que durante o período colonial mantinha amplo território de aproximados 3.373,64 km², com importância estratégica para o controle territorial de parte da zona costeira da então capitania do Grão Pará (GONÇALVES, 2019).

Entretanto mediante as mudanças proporcionadas pelos novos arranjos espaciais implementados através dos sistemas de circulação e transporte (Navegação, Estrada de Ferro e Rodovias) ocorreram sobre o território de Maracanã uma série de fenômenos como fragmentação, tais como a de que deu origem a Magalhães Barata, além de anexação, e extinção de municípios. Somente a partir de 2000 se visualiza uma certa estabilidade nos conflitos políticos dos municípios da região (CASTRO, SOMBRA, et al., 2019).

Considerando a caracterização inicial, realizada sobre o município de Magalhães Barata, segundo dados recentes, disponibilizados pelo IBGE, em 2010 a população do município em 2010 foi de 8.115 habitantes⁶. Segundo dados divulgados recentemente, a estimativa aponta que o município possuía em 2015 em 8.250 habitantes, tendo em vista a necessidade de expressar a distribuição por faixa etária, no gráfico a seguir as estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE, disponibilizada pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA).

⁶ Cabe destacar que a população municipal de Magalhães Barata apresenta um quantitativo inferior a muitos bairros de Belém, a capital do estado do Pará.

Gráfico 2: Magalhães Barata - Distribuição População, por faixa etária, em 2015.

Fonte: Dados em Planilhas do Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (2015); disponível Fapespa (2016) Organização GEOCAM (2018).

Quanto aos repasses de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Magalhães Barata é o município que recebe o menor repasse, em 2015 o montante foi de R\$: 1.752.600,78 (hum milhão, setecentos e cinquenta e dois mil reais, seiscentos reais e setenta e oito centavos), o que reflete no quantitativo de pessoas formalmente ocupada que em 2016 foi de 218 pessoas.

A economia do município encontra-se fortemente vinculada a estrutura da administração local, porém parte a população em condições de atividade, estimada em 3.889 não sendo absorvida pelos empregos formais, exercem atividades no pequeno comércio informal do município, nas atividades do campo, como agricultura (plantio, roçagem, e colheita), e um percentual segue para atividades de pesca em embarcações de pequeno e médio porte, e coleta de mariscos, e armação de currais, bem comum na porção norte do município.

Assim, atividades como agricultura e pesca são de extrema importância, constituindo-se formas de complemento a renda familiar. Entretanto é na pesca que se visualizam os conflitos que marcam as territorialidades, encontradas nas sub-bacias hidrográficas inseridas na Reserva Extrativista Marinha de Cuinarana em Magalhães Barata.

SOBRE O TERRITÓRIO E AS TERRITORIALIDADES DA PESCA

No Brasil, em especial na Amazônia, os recentes debates acerca das territorialidades pesqueira se propagam devido à importância desta atividade e principalmente como se desenvolve mediante a diversidade de agentes (SILVA, FERREIRA, 2018). Neste cenário estima-se que 6 milhões de pessoas encontram-se dispostas em colônias de pescadores e comunidades tradicionais que buscam através do rio sua reprodução, os agentes sociais e/ou grupos organizados são identificados predominantemente pelos: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, etc. (RIOS, 2016). A pesca em suma é uma atividade praticada pelos seres humanos que relaciona os ambientes aquáticos e terrestre, podendo ser concebida desta forma como uma ação do homem sobre a natureza (GUEDES, 2011). Assim, independente de meio ou superfície sua realização se dá no espaço geográfico.

Na Amazônia legal brasileira se manifestam predominantemente duas modalidades de pesca sendo elas a artesanal e a industrial. A primeira é realizada por pescadores em geral de comunidades tradicionais (GUEDES, 2011), e que se utilizam de equipamentos ou aparatos técnicos, com pouca complexidade de produção e manuseio (SILVA, *et al.*, 2016). Enquanto a pesca industrial caracteriza-se por utilizar principalmente equipamentos com elevado grau tecnológico, e está sujeita a atender as demandas de produção do capital (SOMBRA, *et al.*, 2018).

Contudo as contribuições de Nascimento (2013), dilatam o entendimento sobre a formação pesqueira ao longo do litoral brasileiro, partindo da dispersão das comunidades de pescadores ao longo da costa, na busca dos recursos advindos dos rios e mares provendo suas subsistências, e através destas asseguram sua permanência, na construção de seus territórios, e suas territorialidades, ao passo que os elementos e traços culturais e sociais são reforçados. Destarte, a formação territorial brasileira encontra-se intimamente relacionada atividade pesqueiras, principalmente no litoral onde as relações constituídas promoveram densidade demográfica na costa, garantindo o desbravamento na hinterlândia do continente.

A territorialização da atividade no ambiente pesqueiro, apresenta particularidades endógenas que auxiliam a compreensão das principais formas de apropriação das áreas de pesca, onde no encontro de distintos interesses o encadeamento dos conflitos se estabelecem; também, é possível compreender a multiplicidade de territorialidades que se formam através de acordos entre comunidades, onde para Maldonado (1993), estas relações podem ser mediada por pactos sociais que se organizam e materializam no território; dentre as múltiplas territorialidades e

talvez a mais expressiva nas comunidades pesqueiras, estão as relacionadas aos saberes passados entre gerações, os mitos que se formam na relação homem-rio ou homem-mar, as lendas que mediam tais relações, e as práticas realizadas pelos pescadores. Assim, o território pesqueiro deve ser admitido, seja como o conhecimento do manejo, seja como cultura de sobrevivência entre as comunidades de pescadores artesanais, na figura 3, expressa as territorializações expressas no ambiente pesqueiro.

Figura 3: Territorialidades no Ambiente Pesqueiro.



Fonte: Adpatado de Maldonado (1993); Nascimento (2013), Organizado por Geocam (2019).

A representação gráfica contida na figura 3, busca resgatar as premissas estabelecidas nas relações entre os pescadores artesanais, visando assim superar a errônea visão exógena, reforçada nos grandes centros urbanos, sobre a distribuição desordenada das comunidades de pescadores, e/ou o inexpressivo de número de pescadores diante a imensidão do rio ou do mar, bem como questionamentos sobre a baixa produtividades no ato de pescar; motivo pelo qual, se reforça a falácia da insuficiente relevância no contexto econômico local. A pesca é condição e meio de subsistência de muitos municípios brasileiros, principalmente na costa atlântica, e nos caudalosos rios amazônicos.

Apesar da classificação todas as duas modalidades podem ser compreendidas sobre o prisma da categoria território, estando estas presentes em um espaço geográfico, delimitado por e

a partir das relações de poder (SOUZA, 2009). Tal poder, pode se manifestar ou ser expresso por meio da dominação ou apropriação (HAESBAERT, 2004). O fato é que não existe território *sem poder* ou *poder vazio* de acordo com Raffestin (1996 *apud* CHAGAS, 2014).

Assim a pesca artesanal, bem como a industrial (re)produzem territorialidades, ou seja, materializam territórios de acordo com suas necessidades ou interesses, onde desenvolvem relações econômicas, políticas e culturais (HAESBAERT, 2004). Assim as territorialidades se distinguem mediante aos diferentes usos do espaço.

A territorialidade mencionada pelos autores, é apresentada e multiplicada na paisagem local da Resex Marinha de Cuinarana de forma variante, entretanto, comumente relacionadas com os denominados pesqueiros, compreendidos pelos pescadores como áreas onde o pescado é encontrado com relativa facilidade (BEGOSSI, 2004 *apud* SILVA, 2007). Entretanto sobre o prisma geográfico e territorial infere-se que:

Os pesqueiros - os territórios de pesca/pescadores, bem como suas áreas de influência, obedecem a um conjunto de normatizações que são criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder, individual ou coletivo, e se expressam em espacializações próprias, que possuem características naturais, segundo a existência dos recursos, e que são regidos por hábitos e costumes dos pescadores/usuários (SILVA; SILVA, 2013, p. 13).

Portanto os pesqueiros são territórios extremamente delimitados, e qualquer ação que viole as regras de uso, por conseguinte suas territorialidades, pode ocasionar conflitos de impactos de ordem ambiental e social.

A cerca dos conflitos territoriais advindos da pesca, estes comumente eclodem a partir de desentendimentos quanto ao uso e manejo dos recursos por parte dos agentes envolvidos, e suas origem em determinados contexto remetem a políticas públicas para o desenvolvimento regional (SILVA, FERREIRA, 2018). Os desígnios da pesca no contexto amazônico são outrora contraditórios, conforme aponta a periodização realiza por Ruffino (2005), com destaque para o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, no qual a atividade pesqueira fora incorporada aos planos de desenvolvimentos do governo federal para a região amazônica, por meio da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que tinha por objetivo aumentar a produção do pescado.

Neste ínterim, a busca pelo pescado com finalidade comerciais (CASTRO, MCGRATH, 2001) foi responsável por ocasionar enorme pressão sobre os recursos pesqueiros da amazônia, determinadas espécies típicas da bacia amazônica como o Pirarucu, tiveram sua reprodução ameaçada e conseqüentemente a redução de sua população. Fato que desencadeou preocupação

para as populações locais. Somente a partir de 1980, com a redemocratização do país, e a institucionalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) um novo modelo de políticas públicas foi promovido visando o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira na Amazônia.

Todavia, os prejuízos do antigo modelo de produção implantado pela SUDEPE, ainda era predominante, conflitos constantemente deflagrados entre pescadores comerciais, fazendeiros e ribeirinhos ameaçavam a ordem social e ambiental de comunidade pela Amazônia. Neste cenário emerge os acordos de pesca, que demoram a ser reconhecidos pelas autoridades governamentais como solução para os conflitos (OVIEDO, BURSZTYN, DRUMMOND, 2015), entretanto a legitimidade deste é na maioria das vezes reconhecida pelos agentes envolvidos que desenvolvem a pesca voltada à subsistência e com aparatos técnicos típicos da pesca artesanal.

Cabe ressaltar que a atividade pesqueira predominante em muitas comunidades abrangidas por reservas extrativistas marinhas é a pesca artesanal, ou seja, que utiliza principalmente aparatos técnicos, conhecidos popularmente pelos pescadores locais como ‘material de pesca’. Logo, a mínima condição técnica do aparato de exploração permite, que sejam desenvolvidas relações afetivas e simbólicas com o meio, pois exige na prática um conhecimento prévio sobre as dinâmicas naturais, fortalecendo assim as territorialidades.

O conhecimento pesqueiro [...] é patrimonial, ancestral, que transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade, como no ato de ver alguém mais velho pescando. É, a partir daí, que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos, e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear e utilizar o território [...] Ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador. De fato, essa aprendizagem nunca foi feita diferentemente, porque a sua rotina sempre foi essa, passando de avô para o pai, do pai para o filho, dos mais velhos para os mais jovens e/ou dos mestres para o restante da tripulação embarcada. Pescar artesanalmente é ligar homens às práticas tradicionais (RAMALHO, 2004, p. 64 Apud RIOS, 2016, p. 353).

Nas comunidades de Magalhães Barata, tais conhecimentos são ensinados na relação de *pai para filho*, onde culturalmente a relação com o rio é reforçada de maneira a garantir o sustento e a reprodução de famílias por décadas através dos recursos ofertados pelos rios e explorados por meio da pesca artesanal.

De forma, em situação oposta, a pesca industrial, predominante em outros locais, possui um poder avassalador quando se apropria dos recursos pesqueiros exacerbadamente, utilizando inúmeros recursos tecnológicos de ponta, que infringem as dinâmicas da natureza e diminuem o

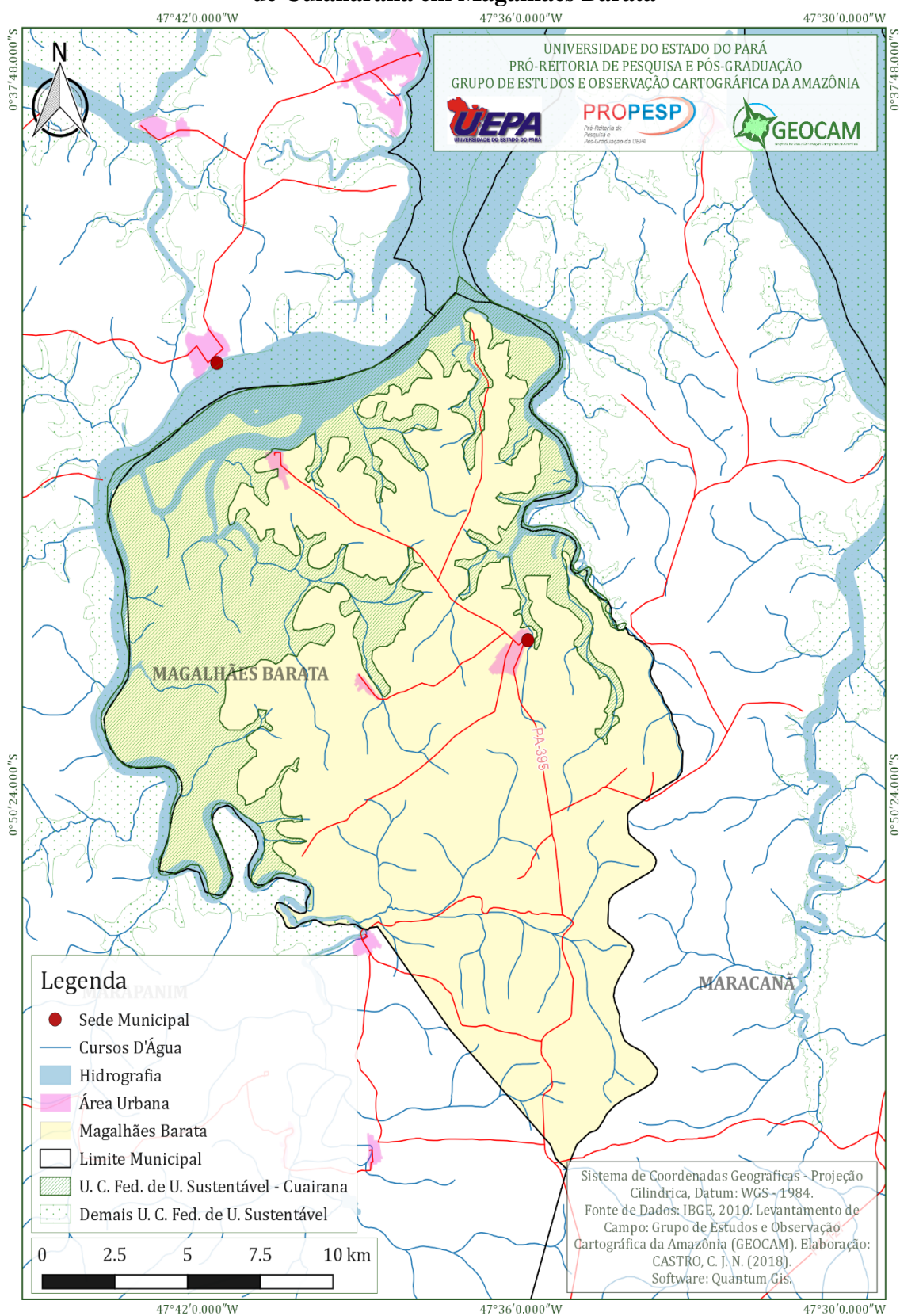
tempo de produção, para atender as demandas do sistema capitalista que incidem sobre as territorialidades da pesca artesanal da resex marinha de Cuianarana.

A PESCA ARTESANAL E SUAS TERRITORIALIDADES NA RESEX MARINHA CUIANARANA

A pesca artesanal constitui-se como a mais importante atividade socioeconômica desenvolvida nos rios e área de mangue da Reserva Extrativista Marinha Cuianarana, (representada na figura 4), constituindo-se como um conhecimento perpassado tradicionalmente entre gerações. Sendo fonte de renda e alimentos para grande parte dos habitantes do município de Magalhães Barata. Sua materialização traz consigo a definição e consagração das múltiplas territorialidades expressa ao longo das bacias hidrográficas que compõem a resex.

Sendo a pesca artesanal a forma “oficial” de exploração dos recursos marinhos da resex, é comum que sejam implementados aos pesqueiros, formas de exploração próprias desta modalidade, como currais, cacuri, redes de espera, espinhel, linha de mão, tarrafa, e etc. Entretanto compete notar que a resex é um território legalmente pertencente a um estado nação, estando submissa ao poder público da união, por meio de uma relação de domínio, e que visa a sua proteção e integridade. As formas de apropriação e exploração instituídas pelas comunidades tradicionais em alguns casos não são reconhecidas por parte deste poder público (SILVA, SILVA, 2013) como sublime, tendo em vista os seus objetivos, e com isso passa a inferir sobre as territorialidades postas. Os órgãos federais ICMBio e IBAMA, assim sendo são os gestores legais das unidades de conservações e posteriormente das Reservas Extrativistas, são amparados legalmente por lei, o que determina previamente as suas ações de administração, e conseqüentemente de fiscalização, quando necessário utilizam este aparato legitimador para promoverem mudanças sobre o uso do território e seus recursos, o que ocasiona conflitos de ordem territorial com as comunidades tradicionais, que comumente já exploram os recursos há muito tempo.

Figura 4: Representação Cartográfica da Resex Marinha de Cuianarana em Magalhães Barata



Fonte: Grupo de Estudos e Observações Cartográficas da Amazônia - GEOCAM (2018).

As territorialidades da pesca na Resex Marinha são representadas na paisagem local em alguns pontos específicos que podem ser compreendidos sob a ótica dos denominados pesqueiros, que são áreas onde manifesta-se a apropriação de recursos por parte dos pescadores (SILVA, 2007), ou seja, a este local é atribuído um poder simbólico de uso ou exploração. É comum nestes locais serem erguidas demarcações, representadas pelos conhecidos currais de pesca ou cacuri (SILVA, *et al.*, 2016) conforme demonstra a figura 5.

Figura 5: Área de Concentração de currais na Comunidade de Prainha, em Magalhães Barata.



Fonte: Registro 04/09/2017 - Geocam (2017).

Os currais, são uma das formas de exploração, extremamente expressiva na paisagem da Resex Marinha de Cuinarana, distribuídos em posições estratégicas, são os principais responsáveis pela captura de pescado, por conta de suas estruturas que podem comportar uma ampla quantidade de peixes de variadas espécies e tamanhos. Em períodos anuais ocorre o ápice, ou safra, da captura de espécies conhecidas localmente como: a pescada Gó, Piramutaba, Pescada Amarela e Dourada, todas são extremamente apreciadas pela população local ao ponto de serem a preferência para consumo.

Dependendo da quantidade capturada, algumas das espécies citadas são comercializadas localmente próximo aos rios, situações observadas na sede municipal de Magalhães Barata e comunidade de Prainha, ambas situadas às margens do rio Cuinarana, porém algumas espécies em destaque como Pescada Gó e Dourada, são comercializadas também diretamente com atravessadores, que levam o peixe para revenda fora dos limites de Magalhães Barata, por meio de acordos fechados antecipadamente ao período de safra com os pescadores. Assim é comum que o peixe tenha um valor elevado mesmo estando em plena safra.

A prática de comercialização do pescado na Amazônia, é antiga pois inicia-se no período colonial, com a instalação dos pesqueiros reais que deveriam abastecer os mercados brasileiros e também da metrópole (NEVES; BRINGEL, 2016). Entretanto de acordo com Ruffino (2005), a comercialização do pescado na Amazônia brasileira, sofreu variações quanto a sua intensidade, sendo seu ápice registrado no período de 1960 a 1980, o que incentivou o emprego de técnicas mais sofisticadas como as rede de espera (LOUREIRO, 1985) constituída de material sintético.

A pesca de rede de espera, ou simplesmente de rede de pesca, é outro aparato técnico que se manifesta com frequência nas águas deste rio, no entanto atualmente os pescadores que se utilizam deste aparato, estão encontrando certa dificuldade para exercerem a referida prática, por conta da fiscalização interpretada pelos mesmos como excessiva, de órgãos como o IBAMA e o ICMBio, que passaram a atuar com a institucionalização da Resex Marinha, e principalmente após denúncias relacionadas a pesca predatória de camarões.

Peculiaridade instigante acerca da relação entre os proprietários de Currais e demais pescadores, é quanto o amplo apoio as ações realizadas e respectivas proibições deliberadas pelo ICMBio, referente ao de uso de redes de espera, tendo em vista que, a proibição das redes de espera tem aumentado a quantidade de peixes nos rios, e de certa forma alavanca a produção dos currais na entressafra, possibilitando o abastecimento do mercado consumidor compreendido pelos atravessadores.

A partir da elaboração do estudo sócio ambiental de criação da resex marinha (ICMBIO, 2014), identificou-se que os manguezais eram um dos ambientes mais ameaçados por conta destas explorações indiscriminadas que ocorriam principalmente em períodos proibidos por lei praticamente em todo território nacional (IBAMA, 2003). A princípio visando coibir a exploração em épocas proibidas o ICMBio e demais colaboradores ligados a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Cuinarana (AURIMAC), passaram a realizar atividade de fiscalização intensiva principalmente no Mangal da Glória, localizado nas proximidades da comunidade de Herculino Bentes, contando com o apoio da Polícia Militar para coibir as ações de exploração.

As continuas ações de combate a exploração de caranguejos-uça no mangal da Glória gerou indignação aos moradores locais que também estavam estritamente proibido de capturar qualquer crustáceo daquele manguezal, o qual por anos exploraram a extração de caranguejos sem o mínimo conhecimento da legislação quanto a sua proibição.

No entanto a pesquisa também identificou que a atuação dos órgãos se manifesta de forma mais efetiva somente sobre os pescadores que se utilizam dos aparatos aqui citados, em especial a rede de espera. Apesar das iniciativas de fiscalização em algumas situações ainda passar por despercebido quanto a ação dos catadores de mariscos e coletores de caranguejos que de acordo com as legislações do estão inseridos na categoria dos pescadores artesanais.

Figura 5: Momento de organização dos materiais para a coleta de caranguejo.



Fonte: Registro 01/11/2017 - Geocam (2017).

Figura 6: Momento de saída para a coleta caranguejo nas áreas de mangue da Resex.



Fonte: Registro 01/11/2017 - Geocam (2017).

Na maioria dos casos os catadores e os coletores, agem de forma separada e dispersos pelas áreas de mangue ou várzeas. Em suma são moradores locais que vislumbram em tal prática uma alternativa de sobrevivência familiar e geração de renda, tendo em vista o valor comercial de tais produtos.

Outra característica importante que pode ser vislumbrada nas figuras acima diz respeito a ação do trabalho familiar sobre a atividade pesqueira, Loureiro (1985) ressalta que a participação de crianças e mulheres pode ocorrer em determinadas situações evidenciando o direcionamento de toda força de trabalho disponível para a referida atividade. Sob o prisma ambiental dano causado por catadores e coletores pode ser mensurado como desordem ao meio, devido a relativa constância e intensidade que se alterna de acordo com determinados períodos.

Por fim acrescenta-se que a situação dos catadores é a mais delicada, tendo em vista os impactos que podem ser causados e as dificuldades quanto a fiscalização, a imagem demonstra que sua atuação ocorre em períodos de maré baixa, o que permite uma ágil locomoção, percorrendo uma ampla área.

CONSIDERAÇÕES

As territorialidades envoltas dos recursos pesqueiros foram sustentadas, e se sustentam, por décadas nas zonas costeiras, sobretudo pela formação geográfica iniciadas pelos aldeamentos

no litoral, onde surgiram as primeiras cidades brasileiras. Desta forma, o processo de fragmentação territorial de Maracanã (Cintra) e demais dinâmicas da zona costeira foram resgatados nesta pesquisa com fins de relacionar o conhecimento dos povos tradicionais que passaram a fixar-se na mesorregião Nordeste Paraense e ao longo da Zona Costeira e reproduziram-se a partir dos recursos que a beira do mar e os rios lhes ofertavam, desenvolvendo assim territorialidade e gerando conflitos entre os agentes territoriais tradicionalmente posto.

Por se tratar de uma ação desenvolvida pelos seres humanos sobre a natureza, a pesca é capaz de produzir e reproduzir espaços, que são atribuídos significados e funções, variantes conforme as finalidades do uso. Nesse sentido a pesca artesanal desenvolvida na Resex Marinha Cuinarana, constitui-se como uma ação formadora de territorialidades postas por agentes que em suma buscam na atividade pesqueira uma forma de sobrevivência.

No entanto, as atuais configurações da pesca na resex, demonstram que a prática tradicional/artesanal vem sendo ameaçada por conflitos entre pescadores e órgão de fiscalização, porém há também, acordos e negociações comerciais efetivados entre pescados e atravessadores. Mediante a estes conflitos e dinâmicas, acreditamos que com o desenvolvimento e a implementação do plano de manejo da Resex, novas políticas devem ser postas assegurando direitos e obrigações dos pescadores, como forma de proteção a captura do pescado, estimulando a reprodução das espécies e assegurando o abastamento aos moradores locais.

No campo institucional, marcado pelas legislações vigentes que ditam os desígnios da ordem ambiental a ser seguido pelos usuários inseridos no contexto da resex, o Plano de Manejo é um passo importante para a conciliação de conflitos, entretanto, sabendo-se das dificuldades pertinentes a temática das territorialidade pesqueiras, os acordos de pescas, que foram amplamente difundidos pela Amazônia, é uma proposta interessante, tendo em vista que seria construído a partir do dialogo entre os usuários, com finalidade não só de explorar os recursos de forma sustentável, mas de promover lideranças e fortalecer as relações de equilíbrio e reciprocidade entre pescadores e órgão gestores/fiscalizadores.

Para que seja mantido e assegurado os direitos dos pescadores e da população local sobre os recursos contidos. A pesquisa direciona-se neste item no sentido de apontar caminhos para a aproximação política entre os agentes envolvidos no processo, onde estes possam estar cientes da importância da Resex Cuinarana, suas normas, suas garantias de reprodução social, política, econômica, bem como a cultural, para que desenvolvam trabalhos de conscientização sobre a

importância do uso sustentável dos recursos, pelos moradores do município de Magalhães Barata.

REFERÊNCIAS

ALVES, O. J. A.; SILVA, C. N. D.; CASTRO, C. J. N. D. Uso dos recursos naturais por populações tradicionais na Resex Mapuá (Breves - Pará). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 1, n. 1, p. 135-154, jan./jun 2014.

BRASIL. Decreto nº S/N, de 10 de outubro de 2014. In: **Criação A Reserva Extrativista Marinha Cuinarana, Localizada no Município de Magalhães Barata, Estado do Pará**. 197. ed. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. p. 4-6.

CASTRO, C. J. N. D. “Belém: da formação da cidade à atuação dos agentes do sistema de transporte urbano”. In: SILVA, C. N., et al. **Belém dos 400 anos: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade**. Belém: GAPTA, 2017.

CASTRO, C. J. N. D.; GONÇALVES, N. S. As dinâmicas e conflitos da pesca artesanal na reserva extrativista marinha de cuinarana (Magalhães Barata/PA). **Ciclo de palestra e debates do GAPTA: resumos completos**, Belém, 27-29 jun 2018. P. 40-46.

CASTRO, C. J. N. et al. A Importância Estratégica na Economia Colonial aos Processos de Fragmentação Territorial no Nordeste Paraense: Dinâmicas Territoriais e Reprodução do Espaço Rural no Município de Maracanã (PARÁ/BRASIL). **Geo UERJ**, [S.I], n. 35, p. e32708, Dez 2019.

CASTRO, F. D.; MCGRATH, D. O Manejo cumintário de lagos na amazônia. **Parcerias Extratérgicas**, [S.I], n. 12, p. 112-126, Setembro 2001.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-204, Jan/Jun 2014.

EGLER, E. G. A Zona Bragantina no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, p. 71-102, 1961.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, N. S. **A fragmentação territorial da zona costeira do Nordeste Paraense: dinâmicas territoriais da pesca na Reserva Extrativista Marinha de cuinarana , município de Magalhães Barata - PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Igarapé-Açu: [s.n.], 2019.

GUEDES, E. B. Territórios e Territorialidades de Pescadores no Marajó: exemplo das localidades Céu e Cajuúna Soure (PA). In: SILVA, J. M. P. D.; SILVA, C. N. D. (Orgs). **Pesca e Territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira**. 1. ed. Belém: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia - GAPTA/UFPA, 2011. p. 67-86.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios á Multiterritorialidades**. Porto Alegre: [s.n.], 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. PORTARIA IBAMA Nº 53, DE 30 DE SETEMBRO DE 2003. **Proibir, anualmente, no período de 1 de outubro a 31 de março, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização o armazenamento e a comercialização da espécie Cardisoma guanhumi, conhecido popularmente por caranguejo**, Brasília, 30 set 2003.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. PORTARIA IBAMA Nº 52, DE 30 DE SETEMBRO DE 2003. **Proibir, anualmente, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização o armazenamento e a comercialização da espécie Ucides cordatus, conhecido popularmente por caranguejo, caranguejo-uçá**, Brasília, 30 set 2003.

ICMBIOS. **Estudo Socioambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no município de Magalhães Barata, estado do Pará**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p. 80. 2014.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na pesca da amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: Espaço e divisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

NASCIMENTO, G. C. C. “Mestres dos Mares: o saber do território, o território do saber na pesca artesanal.” Em (Org.). **Sentidos de Leitura: Sociedade e Educação**, por Fernando Abath Cananéa, 57-68. João Pessoa, PB: IMPRELL, 2013.

NEVES, E. C. C.; BRINGEL, F. D. O. Pescadores artesanais em unidades de Conservação: situando o debate no contexto da Reserva Extrativista Marinha de Soure, Marajó (PA). In: MACEDO, C. O.; BRINGEL, F. D. O.; (ORGS.) **Os "nós" da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2016. p. 273-287.

OVIEDO, A. F. P.; BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. Agora sob nova administração: Acordos de pesca nas varzeas da amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n. 4, p. 119-136, out-dez 2015.

RIOS, K. A. N. CONFLITOS E RESISTÊNCIA: COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA BAHIA. **Cadernos CEAS - Revista Crítica de Humanidades**, p. 347-364, 2016.

ROCHA, G. D. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, C. D. Dinamicas Territoriais na Zona Costeira do Estado do Pará, Amazônia Brasileira. **Confins**, [S.I.], n. 42, p. 1-13, Dez 2019.

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SILVA, C. N. D. A percepção territorial em zonas de pesca. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 3, p. 25-32, set-dez 2007.

SILVA, C. N. D. et al. Pesca e Influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, n. 1, p. 193-214, Jan-Abril 2016.

SILVA, R. E. D.; FERREIRA, R. R. Construção de Acordos de Pesca e Políticas Públicas para gestão de recursos pesqueiros na Região de Santarém, Pará (1990-2004). **O Social em Questão**, [S.I.], n. 41, p. 327 - 354, mai a ago 20018.

SOMBRA, D. et al. A Reterritorialização pesqueira no estado do Pará: reprodução contraditória das relações capitalistas. **Revista de Geografia (Recife)**, Recife, v. 35, n. 2, p. 243-267, Maio 2018.

SOUZA, M. J. L. D. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. D. (Orgs). **Geografia: Conceito e Temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

Recebido em Março de 2019

Aceito em Março de 2020

Publicado em Julho de 2020